

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC DANIEL DE OLIVEIRA BARROS

OS ENSINAMENTOS DE SUN TZU: ESTRATÉGIA NACIONAL DE
DEFESA, A ESPADA EMBAINHADA.

Rio de Janeiro

2009

CC DANIEL DE OLIVEIRA BARROS

OS ENSINAMENTOS DE SUN TZU: Estratégia Nacional de Defesa, A Espada
Embainhada.

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CF Estevão Gomes Pinto

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2009

RESUMO

A segurança do nosso país, com a manutenção de sua soberania e instituições é, em todos os sentidos, a razão de existir das Forças Armadas. É uma condição mínima e básica para o desenvolvimento econômico e social da nossa Nação.

Os ensinamentos de Sun Tzu atravessaram gerações e fronteiras e se mostram universais no tempo e no espaço. Em sua principal obra, “*A Arte da Guerra*”, ele apresenta de uma maneira clara e direta e ao mesmo tempo complexa e profunda os princípios da guerra.

No capítulo III de sua obra, intitulado de “A Espada Embainhada”, ele trata com genialidade a capacidade de um “chefe habilidoso conquistar as tropas inimigas sem luta, valendo-se principalmente de seus exércitos, porém, sem colocá-los em combate direto com o inimigo.

A recente publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END), caso executada na sua plenitude, certamente colocará as Forças Armadas em uma condição mais próxima da dimensão territorial, política e econômica do nosso país no cenário mundial.

Acarretará desdobramentos e conseqüências econômicas e tecnológicas de grande porte e, principalmente, um enorme crescimento da capacidade de defesa do país.

O presente estudo analisará a END segundo os princípios de Sun Tzu, destacando a validade de seus ensinamentos e a consonância desses ensinamentos com as proposições da Estratégia Nacional, contribuindo para o aprimoramento da cultura de segurança no nosso País.

Palavras-chave: Sun Tzu, A Arte da Guerra, Estratégia Nacional de Defesa, Segurança, Dissuasão, Segurança Nacional, Soberania.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

END-	Estratégia Nacional de Defesa
EUA-	Estados Unidos da América
PDN-	Política de Defesa Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	SUN TZU, O MESTRE DA ARTE DA GUERRA	7
3	O PRINCÍPIO DA ESPADA EMBAINHADA	9
4	A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END) E A DISSUASÃO	11
5	SEGURANÇA NACIONAL	13
5.1	Segurança Nacional: Uma visão dos Estados Unidos da América	13
5.2	Segurança Nacional segundo outras Interpretações	14
6	SOBERANIA	15
7	A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, A ESPADA EMBAINHADA	17
8	A MARINHA DO BRASIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA	18
9	CONCLUSÃO	19
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um país pacífico, em paz com nossos vizinhos e com os demais países do globo.

Para qualquer cidadão brasileiro com menos de 45 anos, guerra é apenas mais um tema dos noticiários da noite sobre algum lugar do Oriente Médio ou da África, algo perdido no passado inconsciente do nosso país, e se tem uma nítida impressão de que a paz em que vivemos nos dias atuais é eterna.

O último conflito que nos envolvemos, com a invasão do nosso território, foi a Guerra do Paraguai que terminou em 1870, ou seja, quase 140 anos atrás. Depois, participamos da Segunda Guerra Mundial, há 65 anos, onde os fatos mais sensíveis para o nosso povo foram os afundamentos dos navios mercantes na costa brasileira, fatos estes que levaram o Brasil a declarar guerra contra os países do Eixo.

Verificando o que foi acima descrito não é de se espantar que questões como **guerra, forças armadas, defesa nacional e soberania** não sejam assuntos tratados em escolas, faculdades ou até mesmo ocupe algum lugar relevante na pauta da maioria dos políticos brasileiros.

Os ensinamentos de Sun Tzu atravessaram gerações e fronteiras e se mostram universais no tempo e no espaço. Em sua principal obra, “*A Arte da Guerra*” ele apresenta de uma maneira clara e direta e ao mesmo tempo complexa e profunda os princípios da guerra.

No capítulo III de sua obra, intitulado de “A Espada Embainhada”, ele trata com genialidade a capacidade de um “chefe habilidoso” conquistar as tropas inimigas sem luta, valendo-se principalmente de seus exércitos, porém, sem colocá-los em combate direto com o inimigo.

A recente publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END), caso executada na sua plenitude, certamente colocará as Forças Armadas em uma condição mais próxima da dimensão territorial, política e econômica do nosso país no cenário mundial.

Este trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, visa analisar a END segundo os princípios de Sun Tzu, destacando a validade de seus ensinamentos e a consonância desses com as proposições da Estratégia Nacional.

A segurança do nosso país, com a manutenção de sua soberania e instituições é, em todos os sentidos, a razão de existir das Forças Armadas. É uma condição mínima e básica para o desenvolvimento econômico e social da nossa Nação.

A relevância desse trabalho consiste contribuir para o aprimoramento da cultura de defesa do nosso País, destacando a END e a importância da sua implementação integral como único modo de, através da dissuasão, garantirmos a segurança nacional e perpetuarmos a nossa soberania.

2 SUN TZU, O MESTRE DA ARTE DA GUERRA

Sobre Sun Tzu, e sobre a sua principal obra, *A Arte da Guerra*, temos:

Infelizmente pouco se sabe sobre o autor ou de quando escreveu os treze capítulos. Alguns o situam mais ou menos em 500 a.C., no Reino de Wu, outros em 300 a.C. Em 100 a.C., aproximadamente, um dos seus comentadores, Su-ma Ch'ien, forneceu esta biografia:

Sun Tzu, cujo nome individual era Wu, nasceu no estado de Ch'i. Sua Arte da Guerra chamou a atenção do Ho Lu, Rei de Wu. (CLAVELL, 2006, p. 10).

Embora alguns historiadores discutam se e quando um homem chamado Sun Tzu existiu mesmo, o grande historiógrafo chinês Ssuma Ch'ien, um dos pioneiros, declara que Sun Tzu nasceu no estado de Ch'i. Ssum Ch'ien diz ainda que Sun Tzu tornou-se general do rei Wu durante o período Primavera e Outono na China (722-481 a.C.) e obteve grandes vitórias para ele. Foi naquela época que ele escreveu A Arte da Guerra. Outros historiadores, baseados nas descrições da guerra feitas em seu livro, situam a obra prima de Sun Tzu num período da história da China conhecido como a Era dos Estados em Guerra (403-221 a.C.) (McNEILLY, 2003, p. 13).

Acredito realmente que, se nossos chefes militares e políticos dos tempos modernos tivessem estudado esta obra genial, o Vietnã poderia não ter sido o que foi; não teríamos perdido a guerra da Coreia (perdemos porque não conquistamos a vitória); a Baía dos Porcos não teria acontecido; o fracasso dos reféns do Irã não teria sucedido; o Império Britânico não teria desmembrado; e provavelmente, as I e II Guerras Mundiais teriam sido evitadas; certamente não teriam se desenrolado daquela forma e milhões de jovens, aniquilados desnecessária e estupidamente por monstros que se autodenominavam generais, teriam vivido suas vidas. (CLAVELL, 2006, p. 08).

A colocação dos textos acima, atestando a dúvida que paira sobre a existência ou não de Sun Tzu, pretende, de maneira inequívoca, validar não a existência de um autor, mas sim o valor, a importância e credibilidade de sua obra. Convicções a parte, de que ele realmente existiu, passamos doravante a considerar Sun Tzu como uma entidade, sendo ela o autor, o que é mais provável, ou o conjunto de autores e colaboradores que elaboraram a obra prima chamada *A Arte da Guerra*.

Sun Tzu é, sem sombra de dúvidas, um dos maiores mestres da Guerra que o mundo já conheceu. O fato de seus escritos terem atravessado cerca de 2.500 anos de história é de extrema significância, tornando patente a qualidade e sobretudo a validade de seus ensinamentos ao longo de todos esses séculos até os dias atuais.

O general é o sustentáculo do Estado: se o sustentáculo for forte em todos os aspectos, o Estado será forte; se está defeituoso, o Estado será fraco. (CLAVELL; JAMES, 2006, p. 27).

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas. (CLAVELL, 2006, p. 28).

O estudo, análise e correta compreensão dos ensinamentos desse mestre nos conduzem por caminhos aparentemente simples, mas que se desdobram em dezenas e por que não dizer centenas de possibilidades, fazendo com que sua obra apresente uma abrangência e aplicação universal no tempo e no espaço.

A arte da guerra é de importância vital para o Estado. É uma questão de vida ou morte, um caminho tanto para a segurança como para a ruína. Assim, em nenhuma circunstância deve ser negligenciada.

E termina:

Dessa maneira, apenas o governante esclarecido e o general criterioso usarão as mais dotadas inteligências do exército para a espionagem, obtendo, dessa forma, grandes resultados (CLAVELL, 2006, p. 07).

Conhecer a obra de Sun Tzu se reveste de relevada importância, sobretudo para militares, políticos e demais membros de carreira do Estado. Longe de modismos, sua divulgação deveria ser ampla e irrestrita.

Segundo Clausewitz, a guerra é a continuação da política por outros meios, ou seja, quem faz a guerra não são os militares. Quem faz a guerra é o Estado, representando a vontade e a soberania do seu povo.

3 O PRINCÍPIO DA ESPADA EMBAINHADA

No capítulo III do livro *A Arte da Guerra*, Sun Tzu ensina:

Lutar e vencer em todas as batalhas não é a glória suprema; a glória suprema consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar. [...]
 Portanto, a mais perfeita forma de comandar é impedir os planos do inimigo [...]
 O chefe habilidoso conquista as tropas inimigas sem luta; toma suas cidades sem submetê-las a cerco; derrota o reinado sem operações de campo muito extensas. Com as forças intactas disputa o domínio do império e, com isso, sem perder um soldado, sua vitória é completa.
 Esse é o método de atacar com estratégias, **de usar a espada embainhada**. (CLAVELL, 2006, p. 26, grifo nosso).

A citação acima apresenta, tal qual a quase totalidade da obra do mestre, termos e expressões referentes à época em que foi escrito, que corretamente traduzidos para os dias atuais, já foram tema de dezenas de livros, muitos deles com algumas centenas de páginas.

Destacam-se nesse trecho as expressões: vencer, batalhas, sem lutar e sem perder um soldado. Inseridas no texto ou mesmo aqui reunidas em sequência elas se apresentam cheias de significado e encerram a maior das glórias de qualquer Almirante, General ou Brigadeiro, vencer batalhas e guerras sem perdas.

Considero a dualidade da simplicidade *versus* complexidade dos ensinamentos de Sun Tzu a sua grande genialidade. Por que escrever livros se apenas pequenas quantidades de linhas e palavras são suficientes. Por outro lado, tentar narrar ou enquadrar o uso desse e dos outros princípios em muitas batalhas, levaria-nos certamente a cometer uma grande quantidade de repetições, pois sempre haverá batalhas parecidas, mas lembrando que, nunca iguais.

Do princípio da espada embainhada temos, “[...] a glória suprema consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar [...]. Portanto, a mais perfeita forma de comandar é impedir os planos do inimigo [...]” (CLAVELL, 2006, p. 25).

A consecução bem sucedida dos interesses vitais por qualquer estado está em parte relacionada à sua capacidade e à sua vontade em ameaçar e utilizar a força, assim como pela maneira com que isto é percebido pelos adversários, aliados e terceiros partidos. O sucesso real depende de um gerenciamento correto das capacidades militares e não militares, de **modo que o estado possa alcançar seus objetivos sem os riscos e os custos de uma guerra** (BOOTH, 1989, p. 197, grifo nosso)

Uma tradução atual e a análise do acima exposto nos leva a uma conclusão: usar o princípio da espada embainhada na época de Sun Tzu seria traduzido, nos dias atuais, como usar a **dissuasão**.

Vencer sem lutar, essa sim é a “Grande Vitória”.

4 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END) E A DISSUAÇÃO

Segundo o Dicionário Marítimo Brasileiro:

dissuasão. Atitude estratégica que, por meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade dissuadir adversários reais ou potenciais de recorrerem a determinadas espécies de ações bélicas pelo receio de uma reação da mesma espécie da outra parte (CAMINHA, 1996, p. 166).

Temos ainda o Decreto Presidencial Nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Estratégia Nacional de Defesa, onde se lê:

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não-intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro.

País em desenvolvimento, o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar (Brasil, 2008, p. 03).

Neste trecho, destacam-se a natureza pacífica do nosso país e do nosso povo, bem como, sua aspiração de se desenvolver e ascender ao patamar das nações desenvolvidas do mundo.

Elaborada pela primeira vez, a END é um precioso documento não somente pelo seu ineditismo, mas sobretudo, pela importância, abrangência e visão de futuro encerrados em seu bojo.

Nela vemos também a “retirada” do “fardo” da defesa da Nação das costas tão somente dos militares, conceito este perfeitamente abordado e delineado no texto abaixo:

Natureza e âmbito da Estratégia Nacional de Defesa

1.A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das três Forças.(Brasil, 2008, p. 04).

Durante toda existência do nosso país, os assuntos e estudos militares e estratégicos eram de quase total exclusividade dos militares. Somente eles estudavam e

ensinavam essas matérias. Eram eles também que aplicavam os conhecimentos adquiridos na preparação, equipagem e distribuição de suas forças no território nacional.

A END veio de uma maneira, porque não dizer, radical e drástica alterar essa situação colocando a nação como uma voz ativa e orientadora.

Não foram apenas mudanças de responsabilidades sobre a defesa que a END trouxe. Sua aplicação consiste em grandes mudanças e avanços econômicos, tecnológicos, doutrinários e militares, tendo como principal objetivo a segurança do nosso país e como instrumento fundamental a **dissuasão**:

Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.

Pauta-se a Estratégia Nacional de Defesa pelas seguintes diretrizes.

1. Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional. (Brasil, 2008, p. 04).

16. Estruturar o potencial estratégico em torno de capacidades.

Convém organizar as Forças Armadas em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos. O Brasil não tem inimigos no presente. Para não tê-los no futuro, é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra. (Brasil, 2008, p. 08).

21. Desenvolver o potencial de mobilização militar e nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas (Brasil, 2008, p.08).

Finalizando temos: “Quanto à **defesa** a Escola Superior de Guerra a conceitua como “o conjunto dos atos realizados para obter ou resguardar a condição reconhecida como segurança” (COSTA, 2003, p. 78, grifo nosso)”. Ou seja, o que a END propõe e estabelece são justamente esses conjunto de atos que em linhas gerais visam modernizar e desenvolver as forças armadas, as quais com seu poder de dissuasão e capacidade de emprego propriamente dita tornaram o nosso país mais **seguro**.

5 SEGURANÇA NACIONAL

5.1 Segurança Nacional: Uma visão dos Estados Unidos da América

O Presidente dos Estados Unidos da América (EUA) fez recentemente o seguinte discurso para a sua nação:

[...] Infelizmente, quando se viu diante de uma ameaça incerta nosso governo tomou uma série de decisões apressadas. E acredito que essas decisões foram motivadas por um desejo sincero de proteger o povo americano. Mas acredito também que, com frequência demasiada, nosso governo tomou decisões baseadas no medo, em lugar da visão de futuro, e que, com demasiada frequência, aprou fatos e evidências para que se adequassem a predisposições ideológicas. Em vez de aplicar nosso poder e nossos princípios estrategicamente, frequentemente demais deixamos esses princípios de lado, como se fossem luxos com os quais não podíamos mais arcar. E, nessa temporada de medo, uma parcela grande demais de nós -- democratas e republicanos; políticos, jornalistas e cidadãos -- silenciou. [...] (OBAMA, 2009, p. 03).

O trecho acima, que versa sobre a luta dos EUA contra o terrorismo, aborda de uma maneira muito interessante como a maior potência militar e econômica do globo conduziu a sua política de segurança nacional. Destaca-se o tratamento dado a fatos e suposições de forma que eles se adequassem aos interesses daquele país.

A segurança nacional exige um equilíbrio delicado. Nossa democracia depende da transparência, mas algumas informações precisam ser protegidas da divulgação pública, pelo bem de nossa segurança. É o caso, por exemplo, dos movimentos de nossas tropas, de nosso trabalho de coleta de inteligência, ou das informações de que dispomos sobre uma organização terrorista e seus afiliados. Nesses e em outros casos, há vidas em jogo (OBAMA, 2009, p. 04).

Na citação acima vemos uma declaração clara, direta e objetiva, a qual afirma que nem tudo será dito ou informado, contudo, coloca a democracia norte-americana como verdadeiro fiel da balança a zelar pelo correto andamento dos processos.

Os fundadores da nação que redigiram a Constituição não poderiam ter previsto os desafios que se apresentaram nos últimos 222 anos. Mas nossa Constituição perdurou ao longo da secessão e da luta pelos direitos civis, ao longo da Guerra Mundial e da Guerra Fria, porque ela garante um fundamento de princípios que podem ser aplicados pragmaticamente; ela fornece um norte que pode nos ajudar a encontrar nosso caminho. Isso nem sempre tem sido fácil. Somos um povo imperfeito. De quando em quando existem aqueles que pensam que a segurança e o sucesso da América requerem que nos afastemos dos princípios sagrados encerrados neste edifício. Ouvimos vozes como essas hoje. Mas o povo americano vem resistindo à tentação. E, embora tenhamos cometido nossa parcela de erros e de correções de rumo, temos nos mantido fiéis aos princípios que foram e são a fonte de nossa força e temos nos mantido como um farol diante do mundo (OBAMA, 2009, p. 06).

Por fim, vemos a exaltação das virtudes norte americanas e a garantia de que o caminho a ser trilhado terá mais virtudes e acertos do que erros.

Buscou-se com essa rápida, mas profunda, análise da visão de segurança nacional pelos EUA, apresentar as características básicas dessa questão: a “névoa” que paira sobre as informações e conclusões dos governantes, onde muitas coisas não são ditas ou faladas e omitidas. Conseqüentemente, as ações decorrentes das conclusões acerca das análises dos assuntos de segurança nacional são imprevisíveis.

Analisou-se os EUA pela simples razão de que eles são a maior potência mundial, sendo a sua política de segurança nacional a de maior repercussão a nível global.

5.2 Segurança Nacional segundo outras Interpretações

Atualmente temos:

O Instituto de Pesquisas sobre o Desarmamento da Organização das Nações Unidas apresentou inclusive um conceito mais amplo: Segurança é uma condição na qual os Estados consideram que não há perigo de ataque nuclear, pressão política e coerção econômica, de modo que possam, livremente, buscar o seu próprio desenvolvimento e progresso. A segurança dos indivíduos e das comunidades que compõem os Estados é assegurada pela garantia do exercício da liberdade e dos direitos políticos, sociais, e econômicos individuais, bem como pela preservação ou restauração de um meio ambiente saudável para as gerações presentes e futuras. (COSTA, 2003, p. 77).

Como se constata acima pelo conceito da Organização das Nações Unidas, a segurança é uma condição básica e fundamental para qualquer Estado, sem ela a própria existência desse Estado estará seriamente comprometida.

Conclui-se, pelo descrito nos dois subtítulos acima, que questões de segurança nacional têm que, de maneira incontestável, ocupar a pauta da agenda de todos os governantes e políticos não só do Brasil, mas do mundo todo.

Em nosso país, com a incomensurável quantidade de riquezas e recursos naturais, esse assunto assume aspectos e contornos vitais.

6 SOBERANIA

No mundo atual verificamos:

A grande questão na atual era da globalização, consequência da evolução do sistema capitalista e da busca incessante de lucros, diz respeito à existência ou não da soberania no presente século, uma vez que, Estados não mais controlam suas próprias economias então integradas, não mais controlam os fluxos migratórios, nem o que podemos chamar de nacionalismo cultural, já que, como consequência da evolução tecnológica nos meios de comunicação, tem-se acesso a qualquer lugar do mundo, resultando na atual vulnerabilidade da sociedade internacional e [...] (FARIAS, 2008, p. 02).

A citação acima nos leva a refletir sobre o nosso cotidiano quer no trabalho ou em casa. Afinal, até que ponto somos realmente soberanos.

Temos atualmente um grande número de pessoas no Brasil que, andam de carro importado, possuem inúmeros itens básicos que vão de comidas a brinquedos igualmente produzidos em outros países, chegando à poderosa internet, onde uma multidão de pessoas possuem a sua conta de e-mail sediada em gigantes da informática internacional. Podemos ir além, e contabilizar quantos brasileiros perderam recentemente o emprego devido à crise mundial gerada por sérios problemas na economia norte-americana.

Não estamos mais isolados no nosso país como em décadas nada distantes. O mundo invade nossos lares pela televisão com canais dos mais variados países, pela internet onde os mais distantes e remotos cantos do globo estão a um “click” de distância.

Quantos de nós não possui contas em bancos com sedes em outros países.

Conclui-se que uma considerável parcela da população brasileira inserida no contexto acima, e porque não dizer a população como um todo, tem cada vez mais presente no seu cotidiano uma relação quer econômica, social e política, entre tantas, com pessoas, organizações e empresas situadas além de nossas fronteiras, gerando uma dependência dessas mesmas organizações e entidades, bem como das tecnologias por elas disponibilizadas, para o bom andamento da nossa vida .

Quanto aos estados temos:

[...] na explícita mútua dependência entre os Estados da qual depende a própria manutenção da paz, o que move o cenário internacional a um diálogo cada vez maior intuindo tratar questões de segurança, combate ao terrorismo e ao crime organizado, inclusive o tráfico de drogas, questões ambientais, trabalho servil, pluralidade étnica, assuntos que transcendem territórios nacionais, especialmente

auxiliados por organizações internacionais, sem que, contudo, as disparidades entre norte e sul sejam amenizadas (FARIA, 2008, p. 03).

A interdependência dos países nas questões acima são extremamente integradoras e positivas desde que despidas de interesses unilaterais, muitas vezes velados, das potências mundiais dominantes. Verifica-se também o surgimento de um novos atores no mundo atual como as organizações internacionais e as organizações não-governamentais .

Vale salientar ainda que mesmo diante da clara interdependência entre as nações, mais clara especialmente da era da globalização, as fronteiras físicas dos países continuam intactas e a vontade dos Estados, atores privilegiados no sistema internacional, prevalece ainda que em última instância, assim como a soberania interna dos governos no exercício de seu papel de segurança, estabilidade social e econômica, não esquecendo ainda da posição subordinada imposta aos países em desenvolvimento, pelos países desenvolvidos (“países-corpo” e “países-cabeça”, respectivamente) que desejam acima de tudo a manutenção da riqueza mundial. (FARIAS; JAILINE, 2008, p. 5).

Conclui-se que a situação presente é de respeito parcial à soberania da maior parte dos Estados, com a manutenção de suas fronteiras e instituições, destacando-se a “subordinação” aos chamados Estados dominantes. Verifica-se que quando essa hierarquia é quebrada e os interesses das potências mundiais ou regionais são profundamente afetados, a soberania sede lugar à intolerância e ao uso da força.

MacShane¹ não hesitou em argumentar no sentido de que a ordem internacional contemporânea reveste-se de um caráter marcadamente ‘pós-nacional’, ou seja, de que não há mais lugar para ‘nacionalismos puros’ nem para uma concepção de estado calcada nos fundamentos tradicionais da soberania, tal como estipulada conceitualmente por Jean Bodin no século XVI, no sentido de que o poder do Estado é supremo e não pode ser contestado, e historicamente pelo Tratado de Vestfália de 1648. (CEBRI, 2001, p. 1)

Após a Segunda Guerra Mundial, a elaboração da Carta da ONU (1945) e da Declaração dos Direitos Humanos (1948) contribuiu para relativizar o emprego do conceito de soberania do Estado, fazendo com que os Estados não tivessem os fundamentos tradicionais de soberania observados, pois além dos documentos citados anteriormente, existem, no nosso presente, o combate ao terrorismo internacional, a opinião pública mundial, a globalização e outras preocupações internacionais que justificam a intervenção de um Estado(s) em outro, visando manter a segurança e a paz internacionais. Por isso, podemos concluir com o artigo exposto que o conceito de soberania do Estado moderno surgido em 1576 (Bodin), e consolidado em 1648 (Tratado de Vestfália), está em transformação nos dias atuais. (XAVIER, 2008, p. 3)

¹ Denis MacShane em 2001 era o Vice-Ministro britânico das Relações Exteriores, encarregado de assuntos da América Latina.

O que vemos atualmente é uma verdadeira preparação e construção de modelos de pensamentos e teorias geopolíticas, ambientais e humanitárias, entre outras, por parte das potências mundiais dominantes, no sentido de se legitimar intervenções de toda ordem em qualquer lugar do globo onde tenham interesse.

A soberania nos dias de hoje, nunca esteve tão relativizada, ou seja, nunca se encontrou tão enfraquecida e propositalmente desvalorizada.

7 A ESTRATEGIA NACIONAL DE DEFESA, A ESPADA EMBAINHADA

Ao analisar anteriormente a Estratégia Nacional de Defesa, destaca-se claramente não somente como princípio ou base, mas como verdadeiro objetivo a ser buscado, alcançado e mantido: a **dissuasão**.

A END, em sua primeira diretriz trata única e exclusivamente deste assunto:

Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.

Pauta-se a Estratégia Nacional de Defesa pelas seguintes diretrizes.

1. **Dissuadir** a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional.) (BRASIL, 2008, p. 04, grifo nosso).

O princípio da espada embainhada cita claramente a necessidade de quebrar a resistência do inimigo sem lutar e de impedir os planos do inimigo, ou seja, compeli-lo a agir de acordo com os nossos interesses e objetivos.

Verifica-se claramente a convergência, ou seria mais correto dizer, a interseção da END com o princípio da espada embainhada, a **dissuasão**.

8 A MARINHA DO BRASIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Das tarefas básicas do Poder Naval, temos:

A conquista ou a manutenção dos objetivos identificados na PDN, a despeito de pressões adversas, confere ao Poder Naval quatro amplas tarefas básicas:

- controlar áreas marítimas;
- negar o uso do mar ao inimigo;
- projetar poder sobre terra; e
- **contribuir para a dissuasão.** (Brasil, 2004, p. 3-2, grifo nosso)

Vemos claramente nas tarefas do Poder Naval o que é talvez o principal objetivo da END, a dissuasão. Ou seja, inibir as intenções hostis e manter inimigos afastados valendo-se somente do nosso poder latente.

Analisando as outras três tarefas básicas do Poder Naval juntamente com o texto da END abaixo, constatamos que, ao serem corretamente desenvolvidas e implementadas as suas capacidades, tais movimentos contribuirão sobremaneira para o aumento do poder de dissuasão de nosso país.

A Marinha do Brasil: a hierarquia dos objetivos estratégicos e táticos.

1. Na maneira de conceber a relação entre as tarefas estratégicas de negação do uso do mar, de controle de áreas marítimas e de projeção de poder, a Marinha do Brasil se pautará por um desenvolvimento desigual e conjunto. Se aceitasse dar peso igual a todos os três objetivos, seria grande o risco de ser medíocre em todos eles. Embora todos mereçam ser cultivados, o serão em determinada ordem e seqüência.

A prioridade é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. A negação do uso do mar ao inimigo é a que organiza, antes de atendidos quaisquer outros objetivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil. Essa prioridade tem implicações para a reconfiguração das forças navais. (Brasil, 2004, p. 10)

A Marinha, devido a suas características e capacidades, com as ações de presença e mobilidade, é sem sombra de dúvidas a força mais apropriada para apenas demonstrar o nosso poder e intenções, sem desrespeitar as normas e regras que regem as relações internacionais na atualidade.

9 CONCLUSÃO

Vemos a atualidade dos ensinamentos do Grande Mestre da Guerra, Sun Tzu, onde destaca-se o papel dos exércitos, ou seja, das forças armadas nos dias atuais, para a obtenção e manutenção dos objetivos nacionais, sejam eles políticos, econômicos e sociais.

Fica claro a incomensurável importância do poder militar para um país, mesmo que não se tenha nenhuma intenção dominadora ou hegemônica sobre seus pares, ser forte, antes de significar ameaça aos outros Estados, consiste na **vital garantia da sua própria existência**.

A Estratégia Nacional de Defesa, por estabelecer novos preceitos fundamentais a serem seguidos para o estabelecimento da defesa nacional, constitui-se em um verdadeiro marco, passando o país a desempenhar um papel ponderável no que diz respeito ao poder militar no mundo.

Ao dissuadirmos qualquer inimigo, estamos fazendo valer a nossa vontade e preservando, alcançando ou evitando que outros alcancem ou prejudiquem os nossos objetivos e interesses nos mais variados níveis das relações internacionais, tendo a Marinha do Brasil que desempenhar um papel relevante nessa nova ordem estratégica-militar. Essa colocação de forma alguma se confunde com imperialismo ou dominação. Na END temos perfeitamente estabelecido:

[...] O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar. (Brasil, Estratégia Nacional de Defesa, p. 03).

Fica perfeitamente clara a posição do Brasil diante de qualquer questionamento sobre os objetivos e interesses do seu desenvolvimento econômico bem como de sua política de relações exteriores, cuja premissa fundamental é a de respeitar sempre os nossos pares.

Contudo, não podemos de maneira alguma desconsiderar ou ignorar a volatilidade das relações internacionais, principalmente no que diz respeito à conceituação da sua aplicação à soberania dos países. A quantidade de interesses em jogo nas relações internacionais são inúmeros, regidos por questões políticas, econômicas, sociais, energéticas e ambientais, entre tantas outras, as quais compõe um cenário nebuloso e instável, regido por regras e fatores muitas vezes alheios e fora de controle das maiores potências do globo

terrestre. Toda essa instabilidade sugere considerar o descuido do trato das questões de defesa como uma negligência sem precedentes, cujo alto preço poderá ser pago em um futuro não muito distante.

Verifica-se um verdadeiro ciclo virtuoso onde começamos com a Estratégia Nacional de Defesa que tem como principal objetivo o fortalecimento e preparo das forças armadas, contribuindo de maneira incontestável para o aumento da nossa segurança nacional, valendo-se principalmente da dissuasão. Isto posto e assegurado, somente assim teremos garantida a nossa **soberania**.

A END destaca:

Porém, se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé. Nada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa. (Brasil, 2008, p. 03).

Não queremos lutas ou disputas violentas, queremos a paz, o desenvolvimento e harmonia global, queremos manter a nossa espada, composta principalmente pelas nossas forças armadas, sempre embainhada, símbolo e garantia da nossa capacidade de defesa nacional, expressão maior da nossa segurança, sustentáculo da nossa **soberania**.

Que a grande obra do Mestre Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, torne-se cada vez mais o livro de cabeceira de nossos políticos e dirigentes, que seus ensinamentos cada vez mais norteiem as decisões e políticas em prol da Defesa Nacional.

Lembra-vos da guerra!

REFERÊNCIAS

- BOOTH, Ken. **A Aplicação da Lei, da Diplomacia e da Força no Mar**. Trad. De José Maria do Amaral Oliveira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989. p. 198.
- BRASIL. Decreto n. 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Estabelece a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Seção 1, p. 4-14.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305- Doutrina Básica da Marinha**. Brasília, 2004.
- CAMINHA, Herick. **Dicionário Marítimo Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1996. 166 p.
- CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CEBRI. Ministro Britânico propõe formação de ‘Aliança Atlântica’. CEBRI, Rio de Janeiro, n. 20, p. 2, 17 dez. 2001. Disponível em: <http://www.cebri.org.br/pdf/67_PDF.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2009.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução integral de Teresa Barros Pinto Barroso. Editora Perspectiva e Realidades. Lisboa. 1976.
- COSTA, Luiz. Política, Estratégia, Defesa e Segurança: usos e abusos. Rio de Janeiro: **Revista Marítima Brasileira** 2º. Trimestre, 2003.
- OBAMA, Barak. **Discurso de Obama sobre a segurança nacional dos EUA - 05/2009**. Washington, 22 mai. 2009. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=4897&Itemid=148>. Acesso em: 20 set. 2009.
- FARIAS, Jailine. Soberania: Relatividade ao longo dos séculos. Revista Eletrônica Boletim do Tempo, Ano 3, Nº31, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=4350&Itemid=147>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- McNEILLY, Mark. **Sun Tzu e a Arte da Guerra Moderna**. Traduzido por Luiz Carlos do Nascimento e Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 416 p. Título original: Sun Tzu and the Art of Modern Warfare.
- CLAVELL, James. SUN TZU. **A Arte da Guerra**. Adaptação e prefácio de James Clavell. Tradução de José Sanz. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 111 p. Título em inglês: The Art of War. Original japonês.
- XAVIER, Alexandre. Soberania: será que está em transformação? **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 3, Nº33, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=4387&Itemid=147> . Acesso em 27 maio 2009.